

Formação de auxiliares e técnicos de enfermagem em Cascavel – Paraná: 1980 a 2010

Training of healthcare assistants at Cascavel at Paraná: 1980 to 2010

Formación de auxiliares y técnicos de enfermería en Cascavel – Paraná: 1980 a 2010

Bruna Maria Bugs^I, Débora Tatiane Feiber^{II}, Lara Adrienne Garcia Paiano^{III}, Solange de Fátima Reis Conterno^{IV}, Rosa Maria Rodrigues^V

^I Mestranda no Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde. Universidade Estadual Oeste do Paraná (Unioeste). Cascavel, Paraná, Brasil. E-mail: brunabugs@yahoo.com.br

^{II} Enfermeira, Especialista em Gerenciamento em Clínica Médica e Cirúrgica. Professora no Centro de Educação Profissional Pedro Boaretto Neto. E-mail: deborafieber@hotmail.com

^{III} Enfermeira. Mestranda em Enfermagem na Universidade Federal do Paraná. E-mail: laraagp@hotmail.com

^{IV} Pedagoga. Professora do Curso de Enfermagem. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Cascavel, Paraná, Brasil. E-mail: solareis@gmail.com

^V Enfermeira. Professora no Programa de Pós-graduação Mestrado em Biociências e Saúde e do Curso de Graduação em Enfermagem. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Cascavel, Paraná, Brasil. E-mail: rrodri09@gmail.com

Como citar este artigo:

Bugs BM, Feiber DT, Paiano LAG, Conterno SFR, Rodrigues RM. [Training of healthcare assistants at Cascavel at Paraná: 1980 to 2010] Hist enferm Rev eletrônica [Internet]. 2015;6(2):265-87. Portuguese.

Recebido em 19-06-2015

Aprovado em 12-11-2015

Resumo

Objetivou-se descrever a história do ensino técnico de nível médio de enfermagem em Cascavel, Paraná. Trata-se de pesquisa histórica com fontes documentais sobre cursos ofertados em cinco instituições, registros dos exames de suplência e dados levantados em entrevista semiestruturada com sujeitos-chave, utilizando-se da história oral. Sistematizaram-se e analisaram-se os dados, estabelecendo a relação entre a história do ensino técnico profissional no Brasil e o desenvolvimento regional. Identificaram-se as características da educação profissional nacional expressa na privatização das iniciativas, na tardia profissionalização e na precarização da formação. Identificou-se experiência de formação em escolas estaduais públicas, fruto do esforço das primeiras enfermeiras atuantes na cidade.

Descritores: Enfermagem; História da Enfermagem; Educação em Enfermagem; Pessoal Técnico de Saúde.

Abstract

The purpose of this paper is to describe the history of technical nursing schools in Cascavel/Paraná. It is a historical research with documentary sources on courses offered in five institutions, records of tests, and data collected through semi-structured interviews with key subjects, using oral history. We systematized and analyzed the data establishing relationship between the history of professional technical education in Brazil and the regional development. We identified that the characteristics of the national professional training, expressed in the privatization initiatives, the late professionalization, and the lack of training. It was identified that

the training experience in public state schools, was as a consequence of the effort of the first nurses who work in the city.

Descriptors: Nursing; History of Nursing; Nursing Education; Allied Health Personnel.

Resumen

Se objetivó describir la historia de la Escuela técnica de nivel medio en enfermería en Cascavel, Paraná. Investigación histórica con fuentes documentales sobre los cursos ofrecidos en cinco instituciones; registros de las pruebas de sustitución y datos recolectados a través de entrevista semi estructurada con sujetos clave, utilizando la historia oral. Los datos fueron sistematizados y analizados, estableciendo la relación entre la historia de la educación técnica profesional en Brasil y el desarrollo regional. Se identificaron las características de la educación nacional, expresadas en la privatización de las iniciativas; la profesionalización tardía y la precariedad de la formación. Se identificó que la experiencia de formación en las escuelas públicas del estado, surgió como consecuencia del esfuerzo de las primeras enfermeras que trabajaron en la ciudad.

Descriptorios: Enfermería; Historia de la Enfermería; Educación en Enfermería; Técnicos Medios en Salud.

Introdução

Estudos⁽¹⁻²⁾ sobre o ensino profissional no Brasil revelam marcas históricas que definiram seu desenvolvimento, demonstrando que esta formação foi e ainda parece ser discriminada, secundarizada e segregada, permanecendo forte a lógica de que este nível de ensino é uma educação para “os que vão trabalhar”, menos densa e mais precarizada quanto aos aspectos estruturais e pedagógicos do ensino; uma educação para pessoas com capacidade econômica, intelectual e social insuficientes para prosseguirem os estudos no nível superior. Tais questões podem ser evidenciadas nas propostas de formação das políticas e diretrizes que orientaram e orientam esse nível de formação.

A premissa inerente à educação profissional em seus primeiros movimentos era a de “amparar os órfãos e demais desvalidos da sorte”, assumindo um caráter assistencialista, que marcou toda a história desta formação⁽²⁻³⁾. Se, em outros países, a exemplo de Portugal, a formação para o trabalho enfrentou dificuldades que ultrapassaram o século XIX e adentraram o século XX, no Brasil, formar profissionais técnicos foi necessidade de segunda ordem, uma vez que a preocupação nacional, até os anos de 1940, era pensar a educação das séries iniciais⁽⁴⁾.

No campo específico da Enfermagem, a formação dos trabalhadores de nível técnico seguiu a mesma lógica das demais categorias deste nível; é possível indicar que, ao longo de sua trajetória, a formação foi precarizada, secundarizada (senão ausente), não sendo assumida como prioridade. O tema ganhou mais ênfase a partir de 1970, com as iniciativas desencadeadas pela Associação Brasileira de Enfermagem, que buscava qualificar a força de trabalho da enfermagem⁽⁵⁾.

Embora legalmente assegurada pela Lei Federal nº 775/1949, a formação de pessoal técnico não conseguiu abarcar contingente de trabalhadores suficiente para realizar a assistência de enfermagem com qualidade ⁽⁵⁾, fato que pode ter desencadeado ações estatais como o Projeto Larga Escala e o Projeto de Profissionalização de Trabalhadores de Enfermagem (Profae), iniciativas governamentais que objetivavam suprir o cenário assistencial com trabalhadores com formação escolar.

A história da formação profissional técnica de nível médio em enfermagem é farta de estratégias paliativas, visando suprir a falta de pessoal qualificado, tais como os exames de suplência que, longe desta perspectiva, certificavam as competências adquiridas exclusivamente no exercício do trabalho. O início dos exames de suplência, no campo da formação em enfermagem, data de 1946, quando foram regulamentados por meio do Decreto Presidencial nº 8.778/1946, que permitia a enfermeiros e parteiras práticas com mais de dois anos de efetivo exercício em estabelecimento hospitalar, se submeterem a exame de habilitação que lhes facultaria o certificado de prático de enfermagem e/ou parteira prática ⁽⁶⁾.

A criação, na década de 1960, de cursos para a formação de técnicos em enfermagem não eliminou a existência de alternativas paliativas, pois, mesmo em face da exigência legal de formação técnica desses profissionais, o contexto educacional e econômico não produzia condições objetivas para que esta formação conseguisse dispor, ao mundo do trabalho, de quantitativo profissional suficiente. Assim, continuou agregando-se, ao trabalho de enfermagem, pessoal sem formação, que efetivamente realizava a assistência à saúde até a metade dos anos de 1980, quando a Lei do Exercício Profissional - Lei nº 7498/1986 ⁽⁷⁾, passou a exigir que não se incorporassem trabalhadores sem formação escolar, exigência nem sempre atendida, pois levaria um tempo até que se qualificassem os então atendentes de enfermagem já atuantes, seja através de cursos regulares, de suplência ou pelas iniciativas governamentais tais como o Profae. Na história do trabalho em saúde no Brasil, é fato que a assistência sempre optou por incorporar trabalhadores sem formação. Isso se repete até os dias atuais, como no caso dos agentes comunitários de saúde.

Se no cenário nacional, nas capitais dos estados e no Distrito Federal, a formação de auxiliares e, posteriormente de técnicos em enfermagem, exigiu enfrentamentos, seja para a ampliação do contingente formado, seja pela sua efetiva qualificação, no interior dos Estados essa situação ganhou contornos específicos, reverberando as condições do contexto nacional. Nessa perspectiva, registrar esses movimentos é condição para o conhecimento de sua história pelas novas gerações que desenvolverão o ensino e a assistência de enfermagem. Objetivou-se neste

estudo, então, descrever a história do ensino técnico de nível médio em Enfermagem em Cascavel, Paraná.

Método

Trata-se de pesquisa histórica⁽⁸⁾, que toma, como fontes, dados documentais referentes aos cursos técnicos profissionalizantes de enfermagem ofertados por cinco instituições, registros sobre os exames de suplência arquivados no Núcleo Regional da Educação de Cascavel/PR e dados levantados em entrevistas semiestruturadas com oito sujeitos-chave, participantes ativos da construção dessa história, os quais foram identificados durante a fase de exploração documental.

Os sujeitos-chave são enfermeiros atuantes em escolas técnicas ou na assistência de enfermagem. Um deles dedicou toda sua atuação profissional à busca por implantar e manter em funcionamento um curso Técnico em Enfermagem em escola pública. Dentre as experiências estudadas, três cursos encerraram o funcionamento. Os demais são cursos ativos na cidade, e outras duas instituições ofertam educação profissional de Enfermagem, mas se recusaram a fornecer dados para o estudo.

Como se trata de levantar a história do tempo presente ou pouco distante, utilizou-se a abordagem metodológica da história oral⁽⁹⁾, que tem se tornado método para estudos de história da Enfermagem, especialmente a partir dos anos 2000. Ela permite “compreender e analisar os acontecimentos sociais contextualizados e interconectados à luz da realidade das vivências dos sujeitos pesquisados”^(10:116). A história do tempo presente, “portadora da singularidade de conviver com testemunhos vivos que sob certo aspecto condicionam o trabalho do historiador, coloca obrigatoriamente em foco os depoimentos orais”⁽¹¹⁾.

Como fontes secundárias foram consultados artigos, livros, teses e dissertações que abordam a trajetória histórica do ensino profissionalizante no Brasil, a trajetória histórica da Enfermagem e legislações que regulamentavam tal modalidade de ensino. “A escrita e as narrativas orais não são fontes excludentes entre si, mas complementam-se mutuamente”^(12:97).

Nas entrevistas foram coletados dados de identificação do sujeito e solicitou-se que ele falasse sobre a escola/instituição/experiência de formação profissional em enfermagem de que participou e relatasse sua experiência enquanto membro atuante na escola/instituição/experiência. Formularam-se, durante a entrevista, outras questões suscitadas no diálogo. As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos sujeitos, dado por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Um dos depoentes concordou em dar entrevista mas

recusou a gravação da mesma, tendo-se anotado manualmente o que foi possível apreender das respostas. Os dados foram sistematizados e analisados, relacionando-se a história do ensino profissional no Brasil à sua configuração na região.

A pesquisa teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, conforme Parecer nº 271/2009-CEP, em atendimento à Resolução nº 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Os sujeitos foram identificados pela denominação informante I, informante II e assim sucessivamente até. informante VIII.

Resultados e Discussão

A região Oeste do Paraná experimentou processo mais evidente de colonização a partir dos anos de 1950, através da imigração de colonos, principalmente das regiões Sul e Sudeste; portanto, tardiamente em relação ao restante do país. Se nas regiões “desenvolvidas” a assistência de enfermagem e o ensino de nível auxiliar e, posteriormente técnico, já experimentava alguma sistematização desde os anos de 1940, na região Oeste, estas manifestações foram objeto de preocupação inicialmente na década de 1970.

Na década de 1980, foi promulgada a Lei do Exercício Profissional – Lei nº 7498/1986 ⁽⁷⁾, determinando que, num período de 10 anos, se extinguisse a figura do atendente de enfermagem, que atuava na assistência direta a pacientes e, com o objetivo de regularizar e “capacitar” esses profissionais, foram realizados, na cidade e na região, os chamados Exames de Suplência para a Habilitação Profissional de Auxiliar de Enfermagem.

A introdução do ensino profissionalizante de enfermagem na cidade de Cascavel ocorreu com a implantação do Curso de Auxiliar de Enfermagem no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora no ano de 1975, que funcionou até o ano de 1985. A instituição foi uma das primeiras a atuar nessa modalidade de ensino, na particularidade da Enfermagem, na região. Além do Curso de Auxiliar de Enfermagem, a instituição ofertou o Curso de Técnico em Enfermagem, no período de 2002 a 2008.

A partir dos anos 1990 a 2000 implantaram-se o curso de Auxiliar de Enfermagem no Colégio Estadual Marilis Faria Pirotelli que, em menos de 10 anos foi extinto, e os cursos de Técnico em Enfermagem no Centro Estadual de Educação Profissional Pedro Boaretto Neto (CEEP) e do Centro de Educação Profissional (CENAP), os quais se encontram em funcionamento até os dias de hoje, ofertando a formação de técnico em enfermagem. Além dessas escolas, há na cidade o Curso Técnico em Enfermagem do Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e o

curso do Colégio Apogeu, os quais não autorizaram a coleta de dados sobre sua história. Além dessas oportunidades, houve, na região, a experiência do Profae, iniciativa do Centro Formador de Recursos Humanos Caetano Munhoz da Rocha (PR), coordenada pela Décima Regional de Saúde, mas que, na ocasião da coleta, já havia enviado a Curitiba a documentação. Ressalte-se que, apesar de várias tentativas de acesso, os dados sobre esta experiência não foram disponibilizados. As experiências de formação profissional em enfermagem acessadas serão apresentadas a seguir.

Curso de Auxiliar e Técnico em Enfermagem do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora da cidade de Cascavel/PR

O colégio Nossa Senhora Auxiliadora é uma instituição de ensino de caráter religioso criada em 1957, sendo a primeira escola privada do município de Cascavel mantida, desde a sua fundação, pela Associação Educadora Beneficente que pertence à Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas, de origem italiana⁽¹³⁾.

Além do ensino das séries iniciais e finais do antigo 1º grau, ofereceu o ensino profissionalizante de enfermagem, com o curso de Auxiliar de Enfermagem, no período de 1975 a 1984, na modalidade de habilitação profissional do então ensino de 2º grau, obedecendo à legislação educacional vigente no país, a Lei Federal nº 5.692/71, que estabelecia a profissionalização compulsória no ensino de 2º grau⁽¹⁴⁾.

Segundo registros dos relatórios anuais das turmas do curso de Auxiliar de Enfermagem, a primeira delas começou a ter disciplinas específicas da parte profissionalizante na segunda série do curso de educação geral, na qual eram ministradas as disciplinas básicas do ensino médio. Essa turma, composta por 11 alunas, concluiu sua formação profissional no ano de 1976, quando nove delas foram habilitadas para exercer a profissão de auxiliar de enfermagem. Uma das maiores dificuldades enfrentadas pela escola, naquele momento, era a falta de professores para as disciplinas de formação profissional. Uma única enfermeira ministrava todas as disciplinas específicas profissionalizantes, que eram concentradas nas quintas-feiras, sextas-feiras e sábados, inclusive as aulas em campo, como se pode verificar na frase: "Eu dava teoria, eu dava prática, eu dava estágio" (Informante I).

A instituição formou mais nove turmas, totalizando 106 profissionais de enfermagem, no período de 1976 a 1984. Elas eram compostas por jovens moças de famílias humildes, que pretendiam ser iniciadas na atividade religiosa, moravam na instituição, tinham horários rigorosos para as refeições e os estudos. Além das aulas, eram responsáveis pela limpeza da instituição.

Em relação à responsabilização das alunas do curso pela limpeza da instituição e considerando-se a organização da enfermagem no mundo⁽¹⁵⁾, exposta no conteúdo do Relatório Goldmark sobre estudo realizado no ano de 1919 e publicado em 1923 pela Fundação Rockefeller, ressalta-se que o documento, ao criticar o tempo destinado à formação das alunas, não se referia ao tempo dedicado de fato ao ensino, mas ao modelo de formação que ainda imperava quando as alunas novças eram tratadas como serviçais e longe, portanto, da formação profissional.

Na experiência ora relatada, além das alunas candidatas à vida religiosa, as leigas também eram aceitas, como comenta a informante VI, que foi aluna do curso. Ela explicou em seu relato que:

Já trabalhava como atendente de enfermagem e naquela época você entrava no hospital e aprendia com o outro colega e, quando eu estava terminando o meu segundo grau, é que eu estava indo para a prática, e eu já tinha uma experiência de quase dois anos trabalhando no hospital e todo aquele aprendizado tinha sido adquirido com outros colegas. (Informante VI)

Constata-se, na realidade estudada, princípios norteadores e características que a Enfermagem adquiriu, desde seu início, com Florence Nightingale e com os modelos de internatos das primeiras escolas de enfermagem, como a disciplina rígida durante a formação, o caráter caritativo-assistencialista da profissão, a valorização e a preocupação com normas de boa conduta⁽¹⁶⁾, reproduzindo, na especificidade da experiência estudada, nas décadas de 1970 e 1980, o modelo de formação que se implantara no Brasil no início do século XX.

Observa-se que, na segunda metade do século XX, portanto 100 anos após o advento do que se convencionou chamar de Enfermagem Moderna, coexistiam, na experiência em tela, o modelo religioso e a tentativa de implementação da Enfermagem Moderna num curso ministrado por professoras leigas. O modelo religioso no Brasil deixou suas marcas ao ser a primeira experiência de organização formal do ensino. No Segundo Império, entrou em funcionamento o Hospício Dom Pedro II, estruturado nos moldes do modelo francês, no qual as religiosas eram responsáveis por todas as ações de enfermagem da instituição e das quais se esperava diligência e subserviência⁽¹⁷⁾.

O currículo do curso objeto do presente estudo era composto pelas disciplinas de formação geral, pelas disciplinas específicas do curso profissionalizante de enfermagem, disciplinas da parte diversificada (História e Geografia do Paraná, Língua Estrangeira Moderna – Inglês, Didática Geral e Psicologia Geral) e Estágio Supervisionado. Contemplava uma carga horária total de 3196 horas, das quais 918 horas destinavam-se à formação profissionalizante e 442 horas ao Estágio Supervisionado. A carga horária do estágio supervisionado apresentada confirma a característica

do ensino profissional, expressa pela relevância das atividades práticas, justificada no entendimento de que os futuros profissionais realizariam predominantemente funções técnicas e manuais. Salienta-se que, na Enfermagem, o contato direto do estudante com os sujeitos cuidados é essencial, sendo positivo essa expressiva quantidade de tempo direcionada a atividades práticas, possibilitando oportunidades de aperfeiçoamento de saberes e práticas e a proximidade com a realidade da atuação profissional.

A última turma do Curso de Auxiliar de Enfermagem, composta por 10 alunos, concluiu o curso no ano de 1984 e não foram encontrados registros ou documentos que justificassem o término do curso. Cogita-se que, nesse período (década de 1980), novos cursos de auxiliar de enfermagem se abriram em instituições privadas e públicas na cidade, além da realização dos chamados exames de suplência, pelos quais atendentes e leigos que trabalhavam na prática da enfermagem tinham a possibilidade de receber certificação para habilitação profissional em curto período de tempo.

O Curso de Técnico em Enfermagem foi oferecido no colégio entre 2002 e 2008, com duração de dois anos, na modalidade de ensino subsequente. Nesse período, em 10 turmas foram habilitados 284 profissionais. O projeto para a abertura do Curso de Técnico em Enfermagem encaminhado ao Núcleo Regional de Educação atendia às diretrizes curriculares e foi aprovado com a justificativa de que a cidade de Cascavel, com aproximadamente 250.000 habitantes, experimentava carência de pessoal na área de enfermagem e que os dados do COREN-PR de março de 2001 indicavam que havia somente 30 Técnicos em Enfermagem habilitados e inscritos no referido Conselho, aptos a exercer a profissão; portanto, a melhoria da assistência de enfermagem e a qualidade do ensino justificavam a implantação do curso. A informante IV registra: “[...] nós quatro fizemos o projeto que a Irmã Clair solicitou e a gente foi lá, fizemos o projeto e abrimos o curso do técnico de enfermagem.”

Dentre as motivações para a abertura do curso estava a vinculação da oferta de bolsas de estudo aos alunos, de início no valor de cem reais, conforme o depoimento:

[...] no começo era pra ajudar alunos que precisavam fazer esse curso porque na época tinha fechado o curso do Estado, daí eles queriam inserir esses alunos [...] por isso que eles abriram ali. [...] Mas isso foi o primeiro ano que daí mudou a direção do colégio [...] e mudou o perfil dos alunos. Aí já era da demanda. Mas eram alunos que saíam muito bem. (Informante IV)

O perfil dos alunos que procuravam o curso caracterizava-se basicamente por jovens que concluíram o ensino médio e estavam buscando a profissionalização, bem como de adultos que já trabalhavam na área.

O currículo do curso era organizado em forma de módulos e continha as disciplinas específicas da área de enfermagem. Ele sofreu uma alteração no ano de 2005, quando houve aumento da carga horária e introdução de novas disciplinas- no primeiro formato a carga horária total era de 1820 horas e, no segundo, 1865 horas.

Os estágios supervisionados eram realizados em hospitais privados e os estágios das disciplinas de Saúde Pública eram realizados em Unidades Básicas de Saúde a partir de um convênio entre o colégio e a Secretaria Municipal de Saúde. O curso foi interrompido no ano de 2008 e uma das causas que podem ter levado à sua extinção talvez tenha sido o número de escolas que ofereciam o curso de Técnico em Enfermagem existentes na cidade naquele período, além dos valores das mensalidades, horários de aula e a diminuição dos campos de estágio, como relatado pela Informante I.

[...] eu penso que nós tínhamos muitas escolas de técnico de enfermagem, e a questão da qualidade de ensino e também talvez o preço da mensalidade, e o horário de aula talvez. E assim como tem muitas escolas e diminuiu muito o campo de estágio, que se restringiu, porque na época em que nós trabalhávamos lá nós tínhamos um campo de estágio grande e as instituições vão se fechando também.
(Informante VII)

Chama a atenção, entre as duas experiências dessa escola (a de formação de auxiliares e a de técnicos), a quantidade de alunos formados. No curso de auxiliar e de técnico de enfermagem, o número de turmas foi equivalente; entretanto, o primeiro formou 106 auxiliares e o segundo 284 Técnicos em Enfermagem. As experiências pertencem a tempos históricos diferentes, pois, nos anos de 1970, quando se iniciou o Curso de Auxiliar de Enfermagem, a rede assistencial na cidade era restrita, além de que a escola funcionava em moldes religiosos, com alunas internas. Já a segunda experiência aconteceu num ambiente de relativa expansão da rede de serviços de saúde e em outra lógica - como escola privada e aberta à comunidade leiga.

Infere-se que o curso técnico tenha se organizado para receber possíveis candidatos ao ensino profissional no momento em que havia sido fechado o único curso de Auxiliares de Enfermagem público disponível na cidade - o Curso de Auxiliares de Enfermagem do Colégio Marilis Faria Pirotelli. Manteve-se, entretanto, o formato de escola gerenciada por religiosas e sem as mesmas finalidades mercadológicas, o que pode explicar sua curta vida.

Exames de Suplência para Habilitação Profissional de Auxiliares de Enfermagem no Oeste do Paraná

No Brasil, os exames de suplência foram alternativas implementadas para dar vazão ao contingente de atendentes de enfermagem que deveriam tornar-se auxiliares de enfermagem para cumprir a exigência da Lei 7498/1986⁽⁷⁾. Na região Oeste do Paraná esses exames eram

realizados sob a coordenação do Departamento de Ensino Supletivo e pela Comissão Central de Exames Supletivos (CCE) – Suplência Profissionalizante.

Os registros encontrados no Núcleo Regional de Educação informam que esses exames se realizaram nas cidades de Cascavel, Toledo, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Campo Mourão e Pato Branco. Compunham-se de exames práticos e teóricos, nos quais cada candidato, para ser habilitado, deveria obter a nota mínima de 5 (cinco) em cada disciplina avaliada. Caso não lograsse aprovação em um dos exames, na etapa seguinte ele poderia refazê-lo naquelas disciplinas em que não fora aprovado ou manter tentativas em outras etapas, até conseguir aprovação.

Na cidade de Cascavel, os exames teóricos eram realizados no Colégio Estadual Wilson Joffre que, mesmo com a criação do Centro de Estudos Supletivos de Cascavel (Cesvel) no ano de 1987, continuou a realizá-los até o mês de setembro do ano de 1987. Os exames práticos aconteciam em Curitiba, sob a coordenação do Departamento de Ensino Supletivo (DESU), órgão da Secretaria Estadual de Educação (SEED).

Essa modalidade de certificação profissional para o auxiliar de enfermagem se iniciou em setembro de 1984 e, a cada ano, até 1992, foram reeditadas suas etapas, formalizadas pela modalidade de edital expedido pela SEED. Os candidatos estariam aptos a se inscrever aos exames, caso cumprissem as seguintes exigências: ser maior de 21 anos e ter o ensino de primeiro grau concluído, ter comprovação de experiência na área de, pelo menos, três anos.

No Paraná, os exames teóricos eram realizados na Etecla (Escola Técnica de Enfermagem “Catarina Labouré” em Curitiba); no Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, na cidade de Maringá/PR, e no Colégio Estadual Wilson Joffre, em Cascavel/PR. Os exames práticos eram coordenados pela Etecla, sendo que os aprovados nos exames teóricos se deslocavam até Curitiba para realizá-los.

A partir de 1987, o Cesvel assumiu os exames teóricos; os exames práticos passaram a se realizar em Cascavel a partir do ano de 1990, quando houve mudança em sua estrutura “curricular”. Até então, os candidatos eram examinados em dez disciplinas: Anatomia e Fisiologia Humana, Enfermagem em Saúde Pública, Enfermagem Materno-Infantil, Enfermagem Médico-Cirúrgica, Introdução à Enfermagem, Psicologia Aplicada à Enfermagem, Enfermagem Médica, Enfermagem Cirúrgica, Microbiologia e Parasitologia, Estudos Regionais, Higiene e Profilaxia e o exame prático.

A partir de 1990, o exame passou a ser composto de seis disciplinas, segundo informações, sem prejuízo para o conteúdo, pois estas foram condensadas e não suprimidas, ficando, portanto, os examinados na obrigatoriedade de aprovação nas disciplinas de: Anatomia e Fisiologia Humana,

Enfermagem Médico-Cirúrgica, Introdução à Enfermagem, Enfermagem Materno-Infantil, Psicologia Aplicada e Ética Profissional, Enfermagem em Saúde Pública e o exame prático de enfermagem.

Os exames práticos, realizados em Cascavel, estavam sob a coordenação do Centro de Estudos Supletivos (CES), da DESU, da Etecla e sob a supervisão de um enfermeiro. Eles eram realizados em unidades de atendimento hospitalar e em Unidades Básicas de Saúde. Para Cascavel se deslocavam candidatos de Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Pato Branco e Toledo. Além desses, houve atendimento de candidatos de Campo Mourão, Guarapuava, Londrina e Maringá.

A descentralização da realização dos exames coincidiu com a criação de cursos de Graduação em Enfermagem no interior do Estado do Paraná e, conseqüentemente, com a existência de enfermeiros para conduzir os exames de suplência. No Paraná, o primeiro curso de Graduação em Enfermagem foi criado no ano de 1954, na Pontifícia Universidade Católica (PUC); o segundo em 1972, em Londrina, seguido de outro em Curitiba, em 1975, na Universidade Federal do Paraná (UFPR); em 1978 em Cascavel e, em 1981, em Maringá e Paranavaí, como cursos públicos estaduais, exceto o da UFPR. A interiorização da formação de enfermeiros foi condição para a descentralização dos exames práticos de suplência, dado que não haveria enfermeiros disponíveis que pudessem acompanhar tais exames. De fato, isso passou a ocorrer em 1990, após a formação de um número razoável de enfermeiros em Cascavel, que passaram a desempenhar aquelas atividades.

A busca pela suplência tornou-se emergencial a partir de 1986, quando foi promulgada a Lei do Exercício Profissional – Lei 7498/1986⁽⁷⁾, determinando que, decorrido o período de 10 anos, os atendentes de enfermagem não poderiam mais prestar assistência direta a pessoas em situação de cuidado. Essa legislação desencadeou a busca ostensiva por aqueles exames, situação que não deixa de ser paradoxal. Ao mesmo tempo em que a lei determinou que pessoas não habilitadas não desenvolvessem a assistência, não se observaram ações estatais efetivas que, de fato, qualificassem os sujeitos. O que se viu foram exames de certificação, tomando como suficientes os saberes desenvolvidos na vivência do trabalho, sem processos formais de formação escolar que, em tese, poderiam ser mais positivos na construção da qualidade da assistência dispensada nas instituições de saúde.

Chama a atenção, nos dados disponíveis no Núcleo Regional de Educação, a grande procura pelos exames expressa por elevado número de candidatos que se inscreviam nas etapas em cada ano, além do elevado percentual de reprovação. Entre os anos de 1994 e 1997, houve cinco etapas de exames de suplência com candidatos da cidade de Toledo, que realizaram os

exames teóricos naquela cidade e vinham a Cascavel realizar os exames práticos. Nessas etapas, inscreveram-se 394 candidatos, dos quais foram aprovados 133 e não aprovados 261.

Na cidade de Francisco Beltrão, as etapas foram dos anos de 1993 a 1997. Nelas se inscreveram 450 candidatos, dos quais foram aprovados 142 e reprovados 308. Em Foz do Iguaçu houve duas etapas, uma em 1994 e outra em 1995, no Colégio Estadual Monsenhor Guilherme, nas quais se inscreveram 53 sujeitos e foram aprovados 20, e uma etapa no Colégio Estadual Bartolomeu Mitre, em que se inscreveram 20 candidatos, aprovando-se 13.

Em Guarapuava, houve uma etapa no ano de 1996, quando se inscreveram 13 alunos, aprovando-se dois e reprovando-se 11. Em Pato Branco, houve uma etapa em 1997 em que se inscreveram 60 pessoas, das quais houve a habilitação de 20 e 40 não foram habilitadas. Em Campo Mourão, houve uma etapa em 1997, quando se inscreveram 46 candidatos, dos quais foram habilitados 32 e 14 não conseguiram aprovação.

Em Cascavel, os registros mostram dados de exames nos colégios estaduais Wilson Joffre e Eleodoro Ébano Pereira. No primeiro, submeteram-se aos exames de suplência, entre os anos de 1990 e 1998, 638 candidatos, registrando-se a aprovação de 220 e a não habilitação de 385. Estes dados não correspondem ao total, pois, na primeira etapa, havia ausência de registro de quantos sujeitos conseguiram habilitação e quantos não a lograram. No Colégio Estadual Eleodoro Ébano Pereira, as etapas foram de 1991 a 1998, observando-se a inscrição de 1145 candidatos, dos quais 857 foram aprovados e 288 não conseguiram a habilitação pretendida. Portanto, os dados apresentados mostram que havia um elevado percentual de reprovação nos exames a que se submetiam os sujeitos trabalhadores da enfermagem. O percentual de reprovação foi de 52,3%, indicando que mais da metade dos inscritos não conseguia habilitar-se por essa via.

Muitos podem ser os motivos para esse elevado percentual. Dentre eles poder-se-ia indicar a baixa escolaridade desses candidatos, além da inexistência do domínio das habilidades técnicas para a função que estavam pretendendo e de fato desenvolvendo na sua vivência prática, pois, como se assinalou, era obrigatório comprovar pelo menos três anos de experiência. Somado a isso certamente estava o nível alto de exigência que os examinadores provavelmente imprimiam ao certame. Outro aspecto a se considerar é que os candidatos poderiam refazer os exames, podendo engrossar a relação dos inscritos, mas eram os mesmos sujeitos que já haviam sido reprovados em exames anteriores.

Essa experiência foi lembrada pelos informantes:

Era um exame que não qualificava a pessoa [...] faltava muito conteúdo, eles vinham para uma prova. E até mesmo a gente não pensava, se fosse hoje eu não

aceitaria acompanhar. Eram pessoas com pouca informação e vinham para certificar, obter o título para poder atuar. (Informante V)

A gente era convidada para acompanhar esses alunos por quatro horas, tanto no hospital como na saúde coletiva, e daí eles vinham sem muito conhecimento, porque eles não tinham e a gente tentava nessas quatro horas passar o máximo possível de conhecimento para eles e eles eram aprovados, eram inseridos como auxiliares de enfermagem, porque eles já eram funcionários de alguns hospitais. (Informante IV)

A massa trabalhadora na área de enfermagem no Brasil, durante longos períodos, pôde ser caracterizada por uma população de camadas sociais que não possuía acesso facilitado aos sistemas de educação formal existentes no país. Dessa forma, as atividades de enfermagem eram realizadas por pessoal sem formação específica na área e, muitas vezes, por pessoas que não sabiam ler ou escrever⁽¹⁸⁾. Esses indivíduos realizavam tarefas de assistência, o que configurava uma situação de risco quando se tratava de trabalhadores que não recebiam educação formal. Os atendentes de enfermagem eram orientados pelos colegas de trabalho, que possuíam ou não formação, acerca da realização de tarefas e, assim, passavam a executar atividades como profissionais da área.

Os exames de habilitação ou exames de suplência foram recursos oferecidos pelas Secretarias de Estado da Educação destinados aos trabalhadores da saúde que não possuíam formação sistematizada. Os exames aconteciam anualmente e consistiam em prova teórica de cada disciplina e prova prática. O objetivo dos exames de habilitação era conferir o título ou o certificado ao profissional habilitado com comprovada prática do exercício profissional⁽¹⁹⁾.

Curso de Auxiliar de Enfermagem do Colégio Marilis Faria Pirotelli

Em 1970, foi criado o Ginásio Estadual de Cascavel – Paraná que, no ano de 1974, foi nomeado Ginásio Estadual Marilis Faria Pirotelli e, em 1985, esta instituição de ensino foi denominada Colégio Estadual Marilis Faria Pirotelli – Ensino de 1º e 2º graus⁽²⁰⁾.

Em 1990, implantou-se, nessa escola, o Curso de Auxiliar de Enfermagem, resultado do esforço pessoal de personagens que contribuíram para a criação, funcionamento, desenvolvimento e qualidade do curso, cuja dedicação ultrapassou os limites das responsabilidades profissionais, expondo a luta e ousadia desses sujeitos. Durante a pesquisa documental na escola, no Núcleo Regional de Educação, nos depoimentos dos entrevistados e nas anotações pessoais de professores e coordenadores, observou-se que cada avanço alcançado era considerado uma conquista.

Uma das personagens centrais na construção da história do curso falou durante a entrevista que, nos anos anteriores a 1990, não existiam materiais para orientar as equipes docentes das escolas sobre como elaborar os planos de implantação e planos pedagógicos dos cursos: “Então, o governo convocou os profissionais de educação para que se iniciasse um processo de reestruturação dos cursos (Informante I)”.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) elaborado pela escola para implantação do Curso de Auxiliar de Enfermagem apresentava, como metas, a formação ampla, crítica e integralizadora dos profissionais egressos, para que fossem capazes da compreensão do processo saúde e doença e da organização dos serviços de saúde. Essas características garantiriam a adaptação dos profissionais aos diversos campos de trabalho da Enfermagem, contribuindo para a qualidade da assistência individual e coletiva. A formação ofertada visava a consolidação de um sistema de saúde resolutivo, voltado às necessidades de saúde da população⁽²¹⁾.

No ano de implantação, 1990, a habilitação de Auxiliar de Enfermagem acontecia de forma integrada ao ensino regular, ou seja, os alunos participavam de disciplinas correspondentes ao ensino regular, as chamadas disciplinas do núcleo comum, e disciplinas voltadas à formação para assistência de enfermagem, componentes da parte diversificada do currículo. Essa forma de inserção permitia que alunos adolescentes iniciassem o curso, o que na perspectiva de uma das informantes era um problema, pois os alunos eram muito jovens e já estariam atuando na assistência.

Nós pegávamos o aluno quando ele começava o segundo grau, mais ou menos quinze anos, e aí eles estavam de repente em um ano ou menos atuando com o paciente já fazendo estágio com o paciente e ele era “de menor” ainda. Era uma dificuldade e era uma preocupação (Informante II).

A carga horária total de disciplinas era de 2512 horas; o estágio supervisionado era realizado nas segundas e terceiras séries, com carga horária de 408 horas. O total geral do curso era de 2920 horas, distribuídas em três anos. Uma alteração na matriz curricular em 1993 contemplava carga horária de 2322 horas, adicionadas 504 horas do estágio supervisionado, totalizando 2826 horas. Em 1995, a nova matriz curricular apresentava 2738 horas de disciplinas e 666 horas/aula de estágio supervisionado, totalizando 3404 horas.

As turmas eram compostas por alunos adolescentes que davam continuidade aos estudos do ensino fundamental; alunos que eram atendentes de enfermagem, muitos deles com dificuldades de formação no nível fundamental, os quais eram encaminhados a projetos de ensino de matemática básica e língua portuguesa. De 1990 até 1998, quando o curso foi extinto, a instituição matriculou 835 alunos, observando-se a conclusão por 333 deles.

Entretanto, informou-se que havia padrão alto de exigência entre os docentes, o que diferenciava esta modalidade dos exames de suplência, como exemplifica, por comparação, uma das entrevistadas:

A suplência era frustrante pra nós. Porque era o aluno que vinha e praticamente o fato de ele vir ele já estava aprovado, não tinha muita opção, nós tínhamos que garimpar todos os conhecimentos, tudo que ele tinha de bom e levar em consideração e praticamente era um aluno que praticamente o fato de ele ter vindo fazer essa prova de suplência ele tinha o título. (Informante II)

Notou-se que a procura pelos cursos regulares sempre foi grande e que as turmas iniciavam os períodos com números elevados de alunos. No entanto, a análise dos documentos oficiais das diversas turmas, arquivados no NRE de Cascavel-PR, revelam que os índices de reprovação, desistência e transferência era significativa. Tal situação era atribuída ao fato dos alunos serem trabalhadores, dispondo apenas do período noturno para estudar, como relata uma das informantes:

A gente sempre levava em consideração, nesses cursos, e no centro formador, que o aluno era aquele aluno que trabalhava de manhã e à tarde e ia direto para a escola. Então, a direção da escola já facilitava. Eles adiantavam o horário do lanche, a janta. Então, o aluno chegava lá e já tinha a jantinha. Ele ia pro refeitório comer e depois ele ia pra aula. (Informante III)

As condições de ensino na escola eram precárias devido à ausência de recursos materiais e físicos adequados. As aulas práticas deveriam ser realizadas em laboratórios específicos, porém esses laboratórios se construíram aos poucos, por meio de doações. As falas dos sujeitos entrevistados descrevem como ocorreu a construção do curso e do laboratório.

Apostila, montada ainda com mimeógrafo e desenhinhos. O que foi mais assim, mais terrível, precisa de um aparelho de pressão, daí saía pedir, com aquela cara de pau. Fui na Secretaria de Saúde, pedi pro meu colega [...], que trabalhava lá [...]. Lençóis de descarrego é o seguinte, quando o exército já usou tudo o que tem, eles dão para os soldados levarem para casa, quer dizer que sai para doação. Então consegui umas mantas, acho que umas quatro mantas e uns lençóis encardidos que imagine só. Todos com carimbo do exército. (Informante I)

Mas era bem difícil porque não tinha material, você tinha que produzir o material, diferente de hoje em dia que você pode pesquisar no computador e montar rapidinho. Então na época era bem difícil. E a gente praticamente montou tudo, eu a [nome de uma colega de trabalho], o pessoal que estava lá. A gente foi montando. (Informante III)

A dificuldade com os recursos pedagógicos, por vezes, era superada pelas relações de amizade e pelos professores serem vinculados, principalmente, ao então Hospital Regional*,

* O Hospital Regional era o único hospital público na cidade. Foi inaugurado em 1989 e, no ano de 2000, passou a ser hospital escola, denominando-se HUOP – Hospital Universitário do Oeste do Paraná.

conseguindo acessar, em horários de ausência de procedimentos, como por exemplo, o Centro Cirúrgico, para o treino das habilidades envolvidas neste atendimento específico.

De forma geral, os materiais utilizados em aulas práticas eram objeto de doação.
(Informante III)

Além das dificuldades relacionadas à infraestrutura do curso e da instituição, as enfermeiras que lá atuavam desde o início, enfrentaram obstáculos para o seu reconhecimento e para que o funcionamento fosse autorizado pelos órgãos competentes, pois não havia empenho suficiente, por parte do Estado, para a efetiva implantação do ensino profissionalizante em saúde na modalidade de ensino público e gratuito, como se configurava até então o colégio estudado.

A informante I relatou a luta para “convencer” a gestão de que era preciso dividir a turma - necessidade de formar grupos para aulas de laboratórios e estágios em campos de prática -, o que geraria contratação de mais professores, pois entendia o gestor que toda a turma iria com apenas um professor para o campo, ou que o aluno iria sozinho, como de fato se registrou que acontecia em outras regiões, exemplificando os enfrentamentos que se impuseram para iniciar a profissionalização em enfermagem na cidade.

Apesar disso, conseguia-se cumprir com a formação de profissionais em curso regular e sistematizado, como expõem as informantes:

Eu acho que foi um excelente curso, tivemos excelentes alunos, que tiveram uma contribuição social bastante importante. (Informante II)

Era uma escola estadual, a gente podia trabalhar, planejar o ensino, e acompanhar o aluno numa prática educacional formando o aluno para o sistema. [...] estava bem estruturada, até agradável para aquele momento, para a época. [...] hoje encontramos alguns daqueles alunos que todos estão com uma profissão, continuam na área, deram continuidade aos estudos e fizeram até uma outra formação. (Informante V)

[...] era um curso de nível médio; então, ele tinha turma que já tinha o nível médio completo e os outros que entravam adolescentes com 13, 14 anos para fazer o técnico. [...] tinha vários perfis de alunos, porque a gente tinha alunos que tinham faculdade e que faziam só as disciplinas técnicas e tinham outros que tinham que fazer o segundo grau. Então eles entravam muito jovens, mas eram muito esforçados, saiu uma turma muito boa. Como eram três anos o curso, então eles faziam muito bem, saíam muito bem formados. O perfil dos alunos era excelente [...]. (Informante IV)

Em 1998, o curso foi fechado, em conformidade com a política estadual do Governo Jaime Lerner (1995-2002), através do Programa Expansão, Melhoria e Inovação do Ensino Médio (PROEM), que propunha melhorar a qualidade dos cursos profissionalizantes estaduais. Entretanto, esse programa causou o fechamento de quase todos os cursos técnicos do Paraná⁽²²⁾.

O Curso de Auxiliar de Enfermagem foi fechado sob o discurso de que, quando retornasse a funcionar, seria o de nível Técnico em Enfermagem. Seu encerramento não foi passivamente

aceito pelos professores atuantes no curso, exemplificado pelo envio, em 1997, pela Câmara de Vereadores da Prefeitura Municipal de Cascavel, à Secretaria de Educação do Estado do Paraná, o Requerimento nº 527/97, que solicitou a implantação do curso Técnico em Enfermagem no nível pós-médio no Colégio Marilis, a primeira iniciativa para implantação do curso de Técnico em Enfermagem⁽²³⁾.

Alguns membros da Agência Paranaense de Desenvolvimento do Ensino Técnico (Paranatec) foram encaminhados ao Colégio a fim de verificar as condições da instituição de ensino e autorizar o funcionamento do curso técnico⁽²⁴⁾. A Paranatec foi criada em 1995, também durante o Governo Jaime Lerner, com o objetivo de gerenciar os cursos profissionalizantes. Tratava-se de uma empresa que recebia recursos do estado para realizar atividades de coordenação, de modo a privatizar as iniciativas públicas de formação profissional ⁽²²⁾.

O fechamento do curso é lembrado como uma perda para a cidade, como expressa a informante IV:

Na verdade, foi uma perda muito grande com essa transição de governo, que acabou com o curso técnico na rede estadual. Uma perda para a cidade, para os profissionais de enfermagem porque até nós estávamos formando qualidade de profissional e, de repente, ficou só para os cursos que visualizavam mais técnica. Foi uma perda, um retrocesso. A gente batalhou muito para que isso não acontecesse, mas não teve jeito. (Informante IV)

Houve tentativa para a reabertura do curso nos moldes de nível Técnico em Enfermagem; no entanto, em 1999, a Secretaria de Estado da Educação respondeu negativamente à proposta pedagógica de implantação, justificando que havia necessidade de uma pesquisa mercadológica que comprovasse a empregabilidade dos egressos na região e que deveria ser incluso no projeto: o nome dos professores indicados com seus respectivos currículos; as plantas baixas das salas de aula e dos laboratórios; a relação professor-aluno nas aulas práticas e estágios; e a relação de obras disponíveis na biblioteca⁽²⁵⁾. Essa situação acontecia para cumprir a política do Estado de desmonte da educação profissional pública, fechando praticamente todas as escolas técnicas nesse período, as quais só reabririam a partir de 2003, com a mudança de governo no Estado do Paraná⁽²⁶⁾.

Em 2000, houve nova tentativa de implantação do Curso de Técnico em Enfermagem no Colégio Marilis, cujo projeto apresentava as mesmas características que o anterior, mas foi recusado. Em 2005, a iniciativa foi transferida para outra escola da cidade de Cascavel, o Centro Estadual de Educação Profissional Pedro Boaretto Neto. Nessa instituição, o Curso de Nível Técnico, no novo Governo, foi implantado e está funcionando até os dias atuais.

O movimento que envolveu a criação e o funcionamento dessa experiência de formação expõe a marca que caracteriza o ensino profissionalizante no Brasil, na especificidade da enfermagem, ao se configurar em experiência levada a cabo, em grande medida, pela disposição pessoal dos enfermeiros envolvidos na construção e implementação da proposta. Ela expõe claramente o distanciamento do Estado da oferta regular de formação de qualidade para os profissionais auxiliares de enfermagem e, portanto, distanciando-se de cumprir sua tarefa de disponibilização de profissionais melhor formados que pudessem contribuir com a melhoria da assistência de enfermagem e, por conseguinte, da assistência em saúde.

Curso Técnico em Enfermagem do Centro Estadual de Educação Profissionalizante Pedro Boaretto Neto – CEEP

O Colégio Cascavel, fundado no ano de 1978, teve seu nome alterado dez anos depois para Colégio Estadual Polivalente Pedro Boaretto Neto de Ensino Médio e, em 2001, passou a denominar-se Centro Estadual de Educação Profissional Pedro Boaretto Neto – CEEP⁽²⁷⁾. O ensino profissionalizante em enfermagem na instituição foi criado em 2001 e sua implantação foi marcada por uma história de conquista e dedicação de profissionais de enfermagem e de educação que atuavam na área, pois até essa data o ensino profissionalizante na região era exclusivo do espaço privado.

A partir do ano de 2005, a instituição passou a ofertar o ensino profissionalizante de Técnico em Enfermagem, com duração de dois anos. Era um curso semestral, conferindo, ao seu término, o certificado de “Técnico em Enfermagem”. Constituíam-se no único curso público da cidade de Cascavel – PR, criado pelo Governo Lerner, durante o qual o curso de Auxiliar de Enfermagem do Colégio Marilis, exposto anteriormente, fora fechado.

A justificativa da criação do curso foi a necessidade de favorecer a transição entre a escola e o mundo de trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício da enfermagem, vindo a suprir a necessidade existente na área da saúde e oferecer uma assistência em saúde de qualidade⁽²⁷⁾.

Elencava, como objetivos, formar um profissional com competência técnica, teórica e prática, capaz de articular o aprendido com as mudanças e hábitos da sociedade e exigências do mercado de trabalho, sendo capaz de integrar os diferentes conteúdos, participando de forma responsável, ativa e criativa na sociedade. Os alunos que o procuravam residiam no município de Cascavel e em cidades circunvizinhas, tinham que ter concluído o ensino médio e deveriam comprovar baixa renda como critério para prestar o processo seletivo; muitas vezes eram subempregados; sem qualificação profissional⁽²⁷⁻²⁸⁾.

No ano de 2008, frequentavam o curso alunos em sua maioria do sexo feminino, reafirmando a feminização das profissões de enfermagem; na faixa etária entre 17 e 35 anos, o que demonstra que, apesar de jovens, esses sujeitos realizavam “profissionalização tardia” na sua maior parte; eram casados e já possuíam filhos, em sua maioria; e a maior parte deles já estava inserida no mercado de trabalho porém não exerciam, majoritariamente, atividades ligadas à saúde⁽²⁹⁾.

Desde sua criação, em 2005, até o ano de 2009, o curso experimentou algumas alterações curriculares. Em 2008, houve aumento na carga horária total do curso, que passou de 2180 horas para 2200. Em alteração ocorrida no ano de 2009, foram realizadas mudanças na nomenclatura e na carga horária de algumas disciplinas, permanecendo com carga horária total de 2200 horas; portanto, acima do mínimo exigido pela Resolução nº 1, de três de fevereiro de 2005, que estabelecia que os cursos de nível médio na modalidade subsequente tivessem carga horária mínima de 1200 horas⁽³⁰⁾.

Algumas mudanças ocorridas nas matrizes curriculares mostravam a busca para proporcionar, ao aluno, disciplinas que atendessem às necessidades da área da Saúde Coletiva e não apenas à assistência hospitalar, aliadas à preocupação de acompanhar as exigências do mercado de trabalho e as configurações do Sistema Único de Saúde.

Visava formar um técnico em enfermagem com conhecimentos técnico-científicos, autonomia intelectual e ética no exercício da profissão; que exercesse e compreendesse o processo de trabalho de enfermagem de forma crítica, reflexiva, com capacidade de tomar decisões em seu âmbito de atuação; capaz de prestar assistência integral à saúde (individual e coletiva), em todo o ciclo de vida do ser humano, fundamentando-se nos princípios éticos, legais e humanos; atuasse com responsabilidade e compromisso, inserido na equipe de enfermagem e multiprofissional, sob supervisão do enfermeiro, exercendo sua cidadania nos diversos níveis atenção em saúde, abrangendo desde a prevenção, promoção até a recuperação/reabilitação de agravos à saúde⁽²⁸⁾.

A reabertura do curso foi vista como um avanço, uma vitória para os trabalhadores e para a área da saúde, por ser o único curso gratuito da cidade.

Acho que foi novamente um avanço porque voltou para o estado; então, foi uma conquista do público, do povo, e assim novamente o nível dos alunos é bom, existe uma seleção para eles entrarem aqui. Esta seleção vai de idade, número de filhos... Tem uma procura muito grande. A gente tem turmas de manhã, de tarde e de noite. (Informante IV)

Apesar das dificuldades enfrentadas no início do curso, relacionadas à falta de estrutura física, falta de salas de aula e falta de materiais, até o ano de 2009, 209 alunos o concluíram.

Atualmente, mantém-se em funcionamento, oferecendo vagas no período matutino e noturno. Essa experiência exemplifica o movimento de retomada do Estado do Paraná na condução da formação profissional de nível médio, excluídas as políticas públicas no Governo Jaime Lerner. Além desse aspecto, revelou-se a persistência dos enfermeiros envolvidos na formação desse nível de ensino para a reabertura de curso público, o único na cidade.

Curso Técnico em Enfermagem do Centro de Educação Profissional – CENAP

A escola foi aberta no ano de 2002, após a aprovação de seu funcionamento pelo Parecer nº 525/2002 – CEE. Segundo os relatos de uma das entrevistadas, essa experiência foi fruto da necessidade observada de maior aporte de trabalhadores para a área da Saúde, ou seja, as deficiências sentidas nesta área, uma vez que ela era chefe de enfermagem em uma instituição hospitalar e verificava a dificuldade em conseguir bons trabalhadores para o seu quadro de pessoal.

Sua percepção acerca da formação no nível técnico é de que não se trata apenas de arrecadar fundos e usufruir dos ganhos, mas é preciso uma escola que forme bons profissionais, que tenha bons equipamentos e que os alunos sejam aceitos no mercado de trabalho.

O perfil do aluno que chegava à escola era aquele dos alunos trabalhadores, dos que já atuavam como auxiliares de enfermagem e que buscavam o Curso Técnico em Enfermagem, ou que trabalhavam em outras ocupações e que almejavam uma qualificação diferente da atividade que desenvolviam. (Informante VIII)

A matriz curricular do curso estava organizada em módulos e em conformidade com as indicações legais para o ensino profissionalizante. Assim, até 2005, o curso tinha três módulos e, a partir de então, passou a contar com quatro módulos, sem alterar a carga horária total do curso, que era de 1840 horas.

Entre os anos de 2002 e 2009, 770 alunos concluíram o curso de Técnico em Enfermagem. Ainda hoje, a instituição continua oferecendo o curso e conta com diversos outros da área da Saúde, como o de Técnico em Radiologia, Técnico em Saúde Bucal e Técnico em Prótese Dentária, incluindo cursos de Estética. Os dados acessados para falar dessa experiência foram os fornecidos durante a entrevista, não sendo autorizada a gravação pelo Informante VIII.

Considerações Finais

O ensino profissional, na realidade estudada, tardiamente se colocou como possibilidade ao se considerar que os cursos e a categoria de auxiliar de enfermagem foram criados em 1949,

demonstrando, assim, as disparidades regionais e o déficit cultural nas regiões interioranas. Seu desenvolvimento na região e na cidade foi abraçado e se configurou como proposta de pessoas e não como implementação de política pública no campo da formação de trabalhadores para a assistência na área da Saúde. É clara a dedicação dos sujeitos informantes, desde a garimpagem de materiais, de pessoas e de espaços nos quais se pudesse desenvolver o ensino.

As marcas históricas do ensino profissional reverberam na realidade local, pois ficou nítida, pela pesquisa documental e pelas entrevistas, que a formação profissional do pessoal de enfermagem, ao longo dos anos, não foi considerada uma prioridade pelo poder público, permitindo, assim, que este nível de ensino fosse assumido pelo setor privado de ensino ou, quando pela rede pública, enfrentava toda sorte de limitações estruturais.

Até os anos de 1980, observou-se, localmente, a formação para o cuidado em moldes religiosos; portanto, embora fosse uma iniciativa séria de trabalho, não cumpria, por exemplo, com a qualificação de quantitativo suficiente de trabalhadores e reforçava o caráter vocacional do fazer de enfermagem, uma de suas marcas históricas.

Chama a atenção os diferentes quantitativos formados nas diversas experiências expostas. Observou-se que, no ensino de auxiliares de enfermagem do primeiro colégio a ofertar este curso, o número de formados era pequeno, entre 10 a 12 alunas a cada turma; no colégio Marilis Faria Pirotelli havia maior entrada e maior aprovação, assim como o observado no curso de Técnicos em Enfermagem do Colégio Pedro Boaretto Netto, embora não se configurassem em expressivos quantitativos de egressos. Contrastando com esta situação, encontra-se o ensino na modalidade privada que, em sete anos de existência, já formara, em 2009, 770 Técnicos em Enfermagem.

O estudo apresenta limites, especialmente no que tange ao acesso às experiências, seja pela negativa de autorização de entrada nas escolas, seja pela limitação das informações fornecidas, o que se explicita pelos detalhes das diferentes experiências, ora mais ricos ora mais limitados.

Referências

1. Cunha LA. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. Rev bras Educ [Internet]. 2000 maio-ago.[citado em: 6 abr. 2016];14:89-107. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a06>
2. Manfredi SM. Educação Profissional. São Paulo: Cortez; 2002.
3. Stutz BL, Lucena CA. Educação profissional e os ideais liberais presentes no pensamento educacional brasileiro. HISTEDBR On-line[Internet]. 2010 jun.[citado em: 6 abr. 2016];38: 139-49. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38/art11_38.pdf

4. Alves LAM. Ensino técnico: uma necessidade ou uma falácia? Notas para a compreensão da filosofia do ensino técnico em Portugal e no Brasil. *Hist Educ* [Internet]. 2013 set.-dez.[citado em: 6 abr. 2016];17(41):103-22. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/36022>
5. Göttems LBD, Alves ED, Sena RR. A enfermagem brasileira e a profissionalização de nível técnico: análise em retrospectiva. *Rev Latino-am Enferm* [Internet]. 2007 set.-out.[citado em: 6 abr. 2016];15(5):[9 telas]. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v15n5/pt_v15n5a22.pdf
6. Brasil. Decreto-Lei n. 8.778, de 22 de janeiro de 1946. Regula os exames de habilitação para os Auxiliares de Enfermagem e Parteiras Práticas. Brasília: Senado Federal; [1946] [citado em: 6 abr. 2016]. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=104193>
7. Brasil. Lei Federal n. 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República; [1986] [citado em: 6 abr. 2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7498.htm
8. Maia AMR, Costa E, Padilha MI, Borenstein MS. Pesquisa histórica: possibilidades teóricas, filosóficas e metodológicas para análise de fontes documentais. *Hist enferm Rev eletronica* [Internet]. 2011 jan.-jul.[citado em: 6 abr. 2016];2(1):137-49. Disponível em: http://www.here.abennacional.org.br/here/n3vol1_reflexao.pdf
9. Cassab LA, Ruscheinsk A. Indivíduo e ambiente: a metodologia de pesquisa da história oral. *Biblos* [Internet]. 2004[citado em: 6 abr. 2016];16:7-24. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/biblos/article/view/125/115>
10. Macêdo AC, Santos RM, Santos JFE, Santos TCF, Costa LMC. Contribuições da história oral à história da enfermagem brasileira: a voz por trás dos acontecimentos. *Hist enferm Rev eletronica* [Internet]. 2013 ago.-dez.[citado em: 6 abr. 2016];4(2):112-26. Disponível em: <http://www.here.abennacional.org.br/here/vol4num2artigo2.pdf>
11. Ferreira MM. História, tempo presente e história oral. *Topoi* [Internet]. 2002 dez.[citado em: 6 abr. 2016]:314-32. Disponível em: http://revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf
12. Matos JS, Senna AK. História oral como fonte: problemas e métodos. *Historiæ* [Internet]. 2011[citado em: 6 abr. 2016];2(1):95-108. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/hist/article/view/2395/1286>
13. ESI - Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Cascavel [citado em: 6 abr. 2016]. Disponível em: <http://www.esiauxiliadora.com.br/>
14. Brasil. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados; [1971] [citado em: 6 abr. 2016]. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>
15. Santos LAC. A duras penas: estratégias, conquistas e desafios da enfermagem em escala mundial. *Hist ciênc saúde-Manguinhos* [Internet]. 2008 jan.-mar.[citado em: 6 abr. 2016];15(1):13-28. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v15n1/02.pdf>
16. Costa R, Padilha MI, Borenstein MS, Carvalho MAL. Florence Nightingale (1820-1910): as bases da enfermagem moderna no mundo. In: Costa R, Padilha MI, Borenstein MS, Santos I. *Enfermagem: história uma profissão*. São Caetano do Sul: Difusão; 2011. p. 183-218.
17. Peres MAA, Barreira IA, Santos TCF, Almeida Filho AJ, Oliveira AB. O ensino da psiquiatria e o poder disciplinar da enfermagem religiosa: o Hospício de Pedro II no segundo reinado. *Texto Contexto Enferm* [Internet]. 2011 out.-dez.[citado em: 6 abr. 2016];20(4):700-8. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v20n4/08.pdf>
18. Bassinello GAH, Bagnato MHS. Projeto larga escala: uma análise a partir da bibliografia existente. *Esc Anna Nery* [Internet]. 2009 jan.-mar. [citado em: 6 abr. 2016]; 13(1):194-200. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eann/v13n1/v13n1a27.pdf>

19. Bassinello GAH. Projeto larga escala: análise histórica e compreensão dos resultados para a Enfermagem no Estado de São Paulo [tese]. Campinas: Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas; 2007.
20. Governo do Estado do Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Ensino de Segundo Grau. Resolução n. 110 de 1985. Autoriza o funcionamento de ensino de 2º Grau Regular na Escola Estadual Marilis Faria Pirotelli. Secretaria de Estado da Educação; Curitiba, 1985.
21. Prefeitura Municipal de Cascavel. Núcleo Regional de Educação de Cascavel. Projeto Político Pedagógico do curso de Auxiliar de Enfermagem de 1990 do Colégio Marilis Faria Pirotelli. Cascavel: Núcleo Regional de Educação de Cascavel; 1990.
22. Sapelli MLS. Ensino profissional no Paraná: aspectos históricos, legais e pedagógicos [Internet]. Guarapuava: Unicentro; 2008[citado em: 6 abr. 2016]. Disponível em: <http://www2.unicentro.br/editora/files/2012/11/marlene1.pdf>
23. Prefeitura Municipal de Cascavel. Prefeitura Municipal de Cascavel. Câmara Municipal de Cascavel. Requerimento n. 527 de 7 de maio de 1997. Solicita medidas para implantação do curso de técnico de enfermagem junto ao Colégio Estadual Marilis Faria Pirotelli. Prefeitura Municipal de Cascavel; Cascavel, 1997.
24. Prefeitura Municipal de Cascavel. Núcleo Regional de Educação de Cascavel. Ato administrativo n. 105 de 1998. Designa a comissão encarregada de proceder a verificação adicional do Colégio Estadual Marilis Faria Pirotelli com vista à obtenção de autorização de funcionamento do curso Técnico de Enfermagem. Núcleo Regional de Educação de Cascavel; Cascavel, 1998.
25. Governo do Estado do Paraná. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Ofício n. 117 de 14 de abril de 1999. Solicita a reimplantação do curso de educação profissional de nível técnico na área de enfermagem junto à Secretaria de Estado da Educação. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Curitiba, 1998.
26. Governo do Estado do Paraná. Secretaria do Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretrizes da educação profissional: fundamentos políticos e pedagógicos. Curitiba: Secretaria do Estado da Educação; 2006[citado em: 6 abr. 2016]. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretriz_educacao_profissional.pdf
27. Ceep. Projeto Político Pedagógico. Cascavel: Centro Estadual de Educação Profissional Pedro Boaretto Neto – CEEP; 2007.
28. Ceep. Projeto Político Pedagógico. Cascavel: Centro de Estadual de Educação Profissional Pedro Boaretto Neto – CEEP; 2009.
29. Rocha FG, Rodrigues RM. Caracterização da trajetória de formação escolar dos alunos do ensino técnico de enfermagem. In: Anais do 4º Seminário Nacional Estado e políticas sociais; 2009 set. 16-19; Cascavel (PR), Brasil. Cascavel: Unioeste; 2009. p.1-16.
30. Brasil. Resolução n. 1, de 03 de fevereiro de 2005. Atualiza as Diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de educação para o ensino médio e para a educação profissional técnica de nível médio às disposições do Decreto n. 5.154/2004. Brasília: Ministério da Educação; [2005]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb001_05.pdf